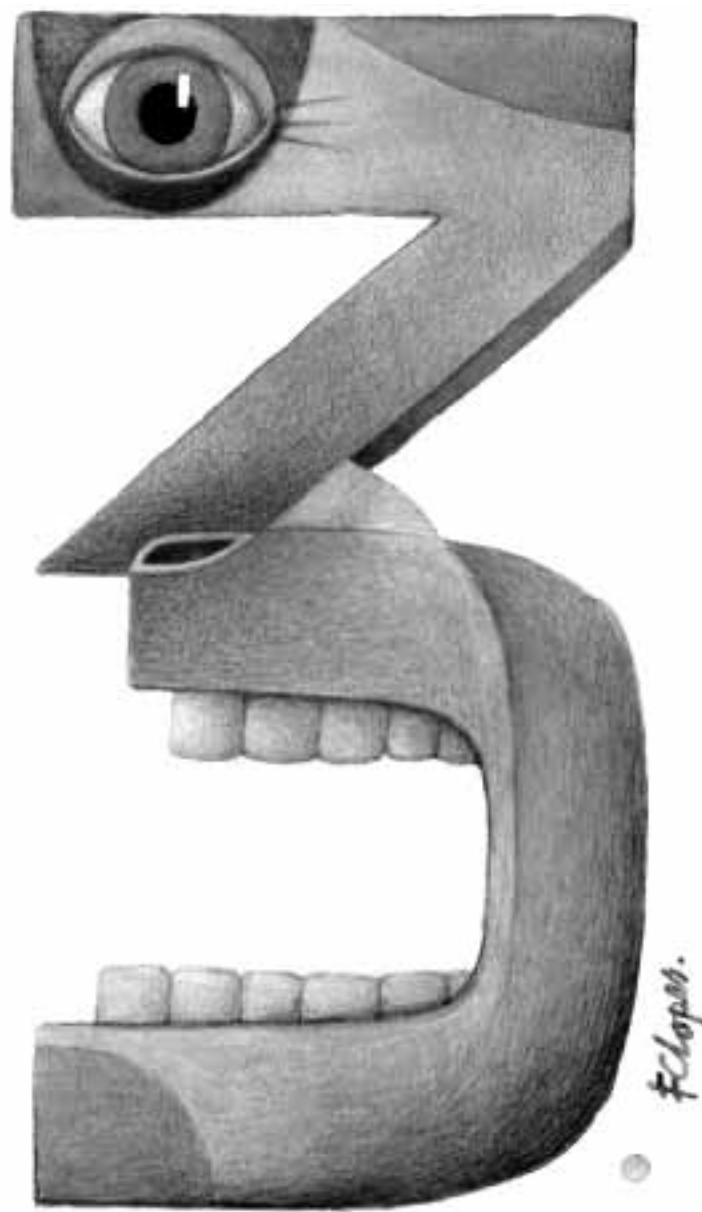


## OPINIÃO

# Três fatos e três perplexidades



MAURÍCIO CORRÊA  
Advogado



De uma coisa o presidente da República pode estar certo. Os atos, por mais suspeitos ou comprovadamente ilícitos praticados por muitos de seus subordinados, jamais o atingiram. Como ainda continuam a não atingi-lo. Parece ter o corpo coberto de repelente, que o imuniza dos deslizamentos de subalternos, ainda que pertençam ou tenham pertencido ao primeiro escalão da República. Pouco importa que tais irregularidades tenham a gravidade dos crimes do mensalão. O surrado bordão do eu não sabia de nada — ainda que escapismo de raro farisaísmo — tem-no vacinado de evidência palmar.

O vírus que atacou alguns de seus ministros e, por obra desses, assessores, e que, a partir daí, se espalha como tiririca, tem o nome de cartão corporativo. O uso abusivo desse recurso para atender a gastos de interesse privado é passível de responsabilização penal. Na mais amena das hipóteses, chame-o de improbidade administrativa. Se o que apareceu até aqui é o que se sabe, que se dirá do que não se sabe. Como o mandatário maior da nação se acha imune a esse mal, poderá dizer que está tudo certo porque não sabia de nada.

Dispêndios para uso pessoal com dinheiro público, mesmo tratando-se, em alguns casos, de pequenos valores, não desqualificam a violação cometida. A essa espécie de infratores não se aplica o que os tribunais construíram como teoria da insignificância. Por ela firmou-se o entendimento de que, por exemplo, quem furta tapioca para matar a fome se livra de sanção penal em razão do pequeno valor pecuniário que representa o delito.

Quem usa cartão corporativo para compras alheias ao interesse público não o faz para ma-

tar a fome. Como também não é de supor que não tenha cartões de crédito próprios para cobrir gastos particulares. Se a imprensa não noticiasse o escândalo, tudo leva a crer que mais esses desvios ficariam por isso mesmo. Como também ninguém deixaria de admitir que, atrás de compras de pequeno valor, não poderia haver outras de maior valor. Por tudo o que se sabe, inclusive com as manifestações de ministros que confessaram a falta, o que se tem em matéria de prova já é suficiente para entrar em campo o Ministério Público Federal.

Precavendo-se da iniciativa dos contrários na formação de uma CPI que investigue o caso, o governo a antecipou, propondo a apuração parlamen-

tar dos fatos na expectativa de poder controlá-la. Isso é mutreta da grossa.

Outro fato de lamentável realidade é o que ocorreu com dois atletas cubanos bicampeões mundiais de boxe, que vieram ao país participar das Jogos Pan-Americanos de 2007. Na ocasião, ambos teriam sido vítimas de um empresário alemão, que teria prometido contratá-los para o boxe de seu país. Posteriormente, ludibriados, foram localizados num prostíbulo. Daí para a frente, o que se sabe é que foram incontinentemente recombados para Cuba. Agora, aparece a informação oficial de que um Falcon 900, prefixo YV-2053, para 14 passageiros, registrado em Caracas, na Venezuela, foi a aeronave que os le-

vou de volta a Havana.

Soube-se, ainda, que, nessa operação, houve participação direta de um ministro de Estado e de graduado assessor do presidente da República. Para viabilizá-la, ingressaram no enredo Hugo Chávez, Fidel Castro, polícias estaduais e federal, além de outros agentes públicos internos e, evidentemente, a velha solidariedade socialista. Como se trata de agressão aos direitos humanos, que tanto diz o governo brasileiro defender, sobretudo os relacionados ao direito de asilo ou refúgio, mesmo assim, num acumpliciamento criminoso, deportaram os dois atletas. Lula dirá que não sabia de nada.

Desde o final do ano passado se acha com o presidente da República decisão que deverá tomar para solucionar o impasse existente entre a Comissão de Ética Pública do governo e o ministro do Trabalho. Como este se recusou a cumprir recomendação para se afastar da presidência do partido político que dirige, ou da pasta que ocupa, o caso não teve solução. De fato, partido político, segundo a Constituição, é entidade de direito privado.

Quicá, por isso, interpretando o Código de Conduta da Alta Administração Federal, tenha o grupo da ética chegado à conclusão da existência de conflito de interesse público sobre interesse privado, já que os partidos políticos recebem do Estado recursos da quota partidária. O melhor que faria o ministro do Trabalho seria licenciar-se da presidência do partido e continuar no comando do ministério para dar continuidade à tarefa a que se propôs. Como se trata de deliberação tomada pela Comissão de Ética Pública, claro que não é de cogitar se pode ou não, pela lei, ministro de Estado exercer, simultaneamente, os dois cargos. O relevante é que se cuida de ética e não de interpretação de norma legal.

Se o presidente da República, que não sabe de nada da corrupção que o cerca e silencia-se diante do seqüestro dos cubanos, o que dizer de ética? Esta parece ter sido varrida para baixo do tapete.



ARI CUNHA

visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br  
com Circe Cunha (interina) // circe.cunha@correioweb.com.br

## Saudades de amanhã

É um banzo danado. Só de pensar no amanhã com as regiões pobres do país cheias de salas de aulas. Alunos aprendendo cidadania. Professores reconhecidos. Aqueles que recebiam o Bolsa Família nesse amanhã estarão prontos para fazer o próprio dinheiro do sustento. Mal vejo a hora de o amanhã chegar. Lá a corrupção será combatida de tal forma que não valerá a pena ter a alma pequena. Os contribuintes ajudarão o governo com mais participação, buscando os próprios direitos. A Justiça será igual para todos. A saúde atenderá a todos com dignidade. Este país continuará com as belezas naturais encantando o resto do mundo. Para cada árvore arrancada, duas plantadas. A segurança nacional estará voltada para as fronteiras, de onde nenhum estrangeiro roubará nossas riquezas. Nem os conterrâneos. O estudo, a capacitação profissional vão diminuir a frequência às cadeias. Os políticos vão trabalhar pelo Brasil graças à cobrança dos eleitores. A democracia será garantida pela verdade e interesse geral. A economia crescerá e quem produzir alimentos será recompensado muito mais do que os investidores. Os bancos dividirão os lucros. Quem deve terá que temer. Esse dia nunca chega. Saudades do amanhã garantido nos debates eleitorais.

### A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“Quando um rei tem conselheiros bons, seu reino é pacífico.”

Senador Mão Santa, pensando no discurso

### Sem conforto

Ficou mais complicado para os contribuintes. O posto da Secretaria de Fazenda que funcionava na Asa Sul fechou as portas. Milhares de contribuintes terão que se deslocar para a Rodoviária ou a Asa Norte a fim de disputar espaço no atendimento.

### Ensaio

Valeu como experiência, mas a lei seca deixou a desejar. O ministro da Justiça, Tarso Genro, quer rever alguns casos como a autorização para a venda de bebidas alcoólicas em supermercados, mercearias e shoppings em rodovias.

### Perigo

Foi Carlos Chagas quem chamou a atenção para a ousadia do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Aproveitou a presença da ministra Dilma Rousseff e de Ellen Gracie, do STF, para protestar contra o excesso de medidas provisórias do Executivo e as decisões judiciais que se sobrepõem à própria lei. As representantes das duas instituições não retrucaram. É aí que mora o perigo. O filósofo de Mondubim diz que “quando uma mulher fica quieta, o mar vai secar”.

### PAC

Muito simples. Obras com pendências ou indi-

cios de irregularidades não vão receber verbas do PAC. É o mínimo que se pode fazer para economizar. O deputado Giovanne Queiroz sabe de uma coleção de obras com projeto mal-elaborado, falta de licenciamento ambiental e valores superfaturados.

### Olho gordo

Mesmo com os corretores vazios, a Câmara teve quem liberasse a verba indenizatória aos deputados durante as férias parlamentares. O campeão foi o deputado Marcelo Serafim, do PSB. Recebeu R\$ 27.400. A verba é legal. O que não dá para entender é o uso do dinheiro público durante as férias.

### Relógio

Verbas previstas no Orçamento de 2008 só poderão ser usadas até junho. Regras do período eleitoral. Acontece que até agora nada foi votado. Tem gente arrancando os poucos cabelos que lhe restam.

### Senado

Foi em homenagem a Dinarte Mariz que o senador José Agripino Maia lembrou da lição do político. “Conviva com todos, mas escolha os seus.” Quem comemora 31 anos de Senado dentro do mesmo princípio é o diretor geral Agaciel Maia. Recebe os cumprimentos pela competência.

## O português da gente



JAIME PINSKY  
Historiador e editor

No tempo em que se lia poesia, todos liam Fernando Pessoa. Hoje, ele se sustenta por meio de meia dúzia de leitores fiéis, vinhetas de shows de Maria Bethânia e citações esparsas. É um grande poeta, para muitos o maior da língua portuguesa desde Camões. Tem a vantagem nada desprezível de ser quatro em um, já que criou os famosos heterônimos Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Fernando Pessoa, ele mesmo. Algumas pessoas, mesmo no Brasil, fazem questão de ler seus versos com, vamos lá, sotaque português, aquela pronúncia que renuncia às vogais e dá musicalidade diferente do que o falar descansadinho que adota-meia em quase todo o Brasil. A famosa passagem da *Tabacaria*, um dos mais conhecidos poemas de Álvaro de Campos, é, segundo muitos, para ser lido mais ou menos como “Q’ sei eu dq srei, eu q não sei o q sou”... É quase outra língua.

A propósito de sotaque, contam que o famoso filólogo por-

tuguês Fidelino de Figueiredo estava proferindo uma palestra, ou dando pequeno curso numa universidade brasileira, quando foi interrompido por um aluno que lhe pediu para falar mais lentamente. “É difícil acompanhar tudo o que o senhor fala, professor, inda mais com esse sotaque.” O mestre lusitano respondeu de pronto. “Alto lá! A língua é nossa. O sotaque é de vocês.”

Será a língua mesmo deles? Ou, por conta da vinda da família real portuguesa para cá, há 200 anos, e pelo fato de sermos mais, muitos mais, teríamos adquirido direitos de propriedade, apenas permitindo, generosamente, que os antigos donos continuem usando e dando o nome à nossa língua?

As respostas para indagações desse tipo podem começar a ser respondidas numa visita ao Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Para início de conversa, trata-se de um museu extraordinário, união feliz do saber produzido na universidade com técnicas de interatividade que envolvem os visitantes. Não é por acaso que o museu vive lotado, principalmente de estudantes que aprendem jogando.

A garotada se senta diante das telinhas para ouvir explicações de sumidades como Ataliba Castilho, Arion D’Aligna e

outros. Mapas, gráficos, simulações mostram aos alunos que o português demorou para se tornar o principal veículo de comunicação no Brasil e que, por conta da presença de numerosas línguas indígenas e africanas, desde logo constituiu-se a base do que hoje pode ser chamado de português do Brasil. Nem melhor nem pior, mas diferente do português de Portugal.

O processo de distanciamento só fez se aprofundar com o tempo. Na magnífica síntese que escreveu sobre a formação do português brasileiro, o linguísta da Unicamp (hoje professor em Estocolmo, na Suécia) Rodolfo Ilari chama seu livro de *O português da gente*, em contraposição ao português deles. Não há, contudo, na obra nenhum traço de chauvinismo primário ou de ingenuidade intelectual. Pelo contrário, Ilari mostra que formações históricas diferentes sofrem influências linguísticas diferentes, que podem acenar com mudanças maiores e mesmo divórcio num futuro mais ou menos distante.

Em outro texto que escreveu (“Transformações na língua”, in *O Brasil no contexto*), conta que, “quando a classe média brasileira resolveu acoplar à boa e velha geladeira vertical dos anos 1950 outro eletrodoméstico destinado a resfriar alimentos por tempos mais

longos e em temperaturas mais baixas, a palavra utilizada foi frizer, decalcada do inglês freezer. Por aqui ninguém pensou em usar o substantivo congelador, que seria tradução correta de freezer, mas que já tinha sido usada para indicar um dos compartimentos da geladeira tradicional.

O caso de frizer, aliás, mostra bem a facilidade com que o português do Brasil vem aceitando empréstimos: nossos irmãos portugueses, muito menos receptivos do que nós em matéria de estrangeirismos, imediatamente representaram o novo eletrodoméstico como variante do velho baú no qual as moças de outrora guardavam o enxoval e, assim, o denominaram de arca frigorífica; portanto, que ninguém se surpreenda se ouvir algum português dizer que tem um atum guardado na arca”.

Ao contrário de atuns, línguas não se congelam. Nem por leis nem por acordos ortográficos desejados por supostos sábios (distantes do mundo real) e, muito menos, por políticos mal-informados. Línguas, padrões estéticos e até valores morais têm historicidade. Pensar no português do Brasil como extensão do de Portugal — e insistir em acordos ortográficos que não foram aprovados sequer por eles — é um contra-senso. Um anacronismo.

### HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Com menos ônibus chapa-branca funcionando na cidade, qualquer pessoa pode, agora, dormir melhor. Os ônibus da Câmara e do Senado, com buzina a ar, estão também em recesso. Às vezes, que Deus nos livre, bem que nos passa pela ideia a delícia de recesso permanente. (Publicado em 22/12/1960)

